

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP LICENCIATURA  
EM PEDAGOGIA**

**MARIA LUÍSA CABRAL DE ALMEIDA FERNANDES**

**AS INTERAÇÕES DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN E SEUS  
PARES EDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Amargos  
a 2022

MARIA LUÍSA CABRAL DE ALMEIDA FERNANDES

**AS INTERAÇÕES DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN E SEUS  
PARES EDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, apresentado à banca examinadora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, para obtenção do título Licenciada em Pedagogia.

Orientador (a): Prof(a) Dr<sup>a</sup>. Thereza Cristina Bastos Costa de Oliveira

Amargos  
a 2022

MARIA LUÍSA CABRAL DE ALMEIDA FERNANDES

**AS INTERAÇÕES DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN E SEUS  
PARES EDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Pedagoga.

Amargosa, 02 de Agosto de 2022.

*Thereza Bastos*

---

**Profa. Dra. Thereza Cristina Bastos Costa de Oliveira (Orientadora)**

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



---

**Prof. (a) Dr. (a) Sirlândia Reis de Oliveira Teixeira**

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



---

**Prof. (a) Dr. (a) Maria Eurácia Barreto de Andrade**

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Dedico a Lula, meu Pai, a minha Mãe Eliete, meu irmão Luizinho, minha Orientadora Thereza Bastos e a todos que acompanharam minha trajetória acadêmica na UFRB.

## AGRADECIMENTOS

A meu pai, Luiz de Alencar, pela confiança depositada em mim, pelo amor e pelos conselhos que me tornaram essa pessoa que sou.

A minha mãe, Eliete meu exemplo de vida, minha amiga, minha razão de viver, por todas as palavras de incentivo, demonstrando seu afeto, que me deu suporte e motivação.

Meu irmão Luizinho, pelo companheirismo e apoio incondicional, e por todas as orações e conselhos concedidos.

A família Fernandes e Cabral. Tia Mara e Tia Joana Darck, por serem tão presentes, pelos conselhos e por serem tão afetuosas.

A minha prima Maria Eduarda por ser a fonte de inspiração, motivação e superação. Por ser a minha determinação em conhecer o propósito da Educação Inclusiva, e sempre me fazer acreditar que tudo é possível!

Agradeço a todas as pessoas que de algum modo, fizeram ou fazem parte da minha vida, Renata, Emily, Maria. Aos meus amigos da UFRB para vida: Marcos Amorim, Rosana Sapucaia, Jaqueline Xavier, Kamila Leal, Manoela Assunção por todos os momentos compartilhados, ficarão na memória para sempre.

Agradeço imensamente a minha orientadora e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Thereza Cristina Bastos Costa de Oliveira, por acreditar em mim, quando nem eu mesmo acreditei, por todas as contribuições ao longo desses 6 anos, pela motivação, em fazer compreender, sobre o que é a caminhada e responsabilidade acadêmica.

Agradeço a meus professores, coordenadores e técnicos, porteiros, que contribuíram efetivamente para a realização dessa conquista, fica o meu muito obrigada.

A minha querida e inestimável Prof<sup>a</sup> Mariana Meireles, por ser uma exímia incentivadora com sua experiência de vida acadêmica e científica. Por sua perspicaz visão de mundo com a Geografia.

Agradeço em especial ao afeto do meu Tio Antônio Carlos, in memoriam. Aos meus avós Domingos Leal, Maria Dolores e Eulina, pelos momentos de alegria, fazendo-me enfrentar as situações do cotidiano e ao proporcionar alegria no ingresso a Universidade.

*“Quanto mais nos elevamos, menores parecemos aos olhos de quem não sabem voar.”*

- Friedrich Wilhelm Nietzsche.

Fernandes, Maria Luísa, Cabral de Almeida. As **interações da criança com Síndrome de Down e seus pares educativos na Educação Infantil**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB, Amargosa, Agosto, 2022.

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso busca construir reflexões acerca das interações estabelecidas entre a criança com Síndrome de Down, seus pares educativos e docentes no contexto da Educação Infantil. A Síndrome de Down (SD) pode ser compreendida por uma deficiência de ordem genética que ocasiona alterações no indivíduo ainda no ventre materno, sendo considerada a mais comum das anomalias genéticas e das deficiências intelectuais. O desenvolvimento cognitivo da criança que possui a SD se diferencia em alguns aspectos das demais consideradas sob um padrão de desenvolvimento típico, no entanto é imprescindível que estas tenham as suas potencialidades estimuladas nas mais diversas áreas, inclusive no que se refere a vivência acadêmica. É importante que a criança com SD frequente a escola regular, bem como possa conviver com seus pares educativos, visto que, estes contribuirão para o seu desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e psicossocial. As crianças com Síndrome de Down têm, em geral, um perfil de aprendizagem que se caracteriza por apresentar tanto barreiras quanto potencialidades. Desse modo, precisam de apoio visual e concreto e o professor desempenha papel importante oferecendo materiais que estimulem os diferentes órgãos do sentido favorecendo assim a aprendizagem, outro aspecto a considerar é o respeito ao tempo necessário de aprendizagem e o lançamento de estímulos que favoreçam a atenção e a concentração. Neste cenário, a criança com (SD) tem maior possibilidade de desenvolvimento, considerando-se também o fortalecimento com seus pares educativos. É o docente quem media todo esse processo e também pode contribuir com resultados mais satisfatórios para o desenvolvimento do aluno. A Educação escolar inclusiva, na rede regular de ensino vem trazendo à tona uma série de discussões pertinentes a esse novo paradigma social, em especial referente às crianças com a Síndrome de Down. Desta forma, esta pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico utiliza como principais bases teóricas os autores SCHWARTZAM (1999), ALVES (2007), PIMENTEL (2013), bem como documentos legais tais quais a Declaração de Salamanca (1994), LDB nº 9.394/96, PNEE (2020) e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) para estabelecer considerações pertinentes sobre as interações escolares da criança com SD no contexto inclusivo. Diante disso, tornou-se possível constatar que quanto mais a criança com a Síndrome de Down interage com o meio, melhor seu processo de aprendizagem e conseqüentemente maior chance de desenvolvimento. Constando-se assim a relevância das interações para promover uma inclusão eficaz.

**Palavras chaves-** Síndrome de Down; Educação Infantil, Interação, Educação Inclusiva.

Fernandes, Maria Luisa, Cabral de Almeida. **The interactions of the child with Down Syndrome in Early Childhood Education.** Federal University of Recôncavo da Bahia-UFRB, Amargosa, August, 2022.

### ABSTRACT

This conclusion work on children's learning, their children and learning studies in the context of early childhood education Down, seeks to learn from their peers. Down genetics (DS) can be understood as a genetic deficiency that can be altered in the individual while still in the mother's womb, being the most common of the considered anomalies and intellectual disabilities. The cognitive of the child that has the difference in aspects of the development of the other DS developments, however, it is more necessary that these children are developed as their potentialities stimulated in the different areas, including, that refer to na academic experience. It is important for children with DS to go to regular school, as well as being able to live with their educational peers, who will contribute to their cognitive, motor, affective and psychosocial development. Children with Down Syndrome have, in general, a learning profile that is characterized by having as much potential as possible. In this way, visual and concrete support must be respected and the teacher has na important role in promoting the different organs of sense that favor learning, another aspect to consider is the time required for learning and the initiation of stimuli that favor learning. Attention and attention to learning. In this scenario, the child with (DS) has a greater possibility of development, also considering the strengthening with their educational peers. It is the teacher who mediates all this can also contribute to more satisfactory results for the development of the student. Inclusive school education, in the regular school system, has brought up a series of discussions relevant to this new social paradigm, especially regarding children with Down Syndrome. Thus, this qualitative bibliographic research uses as main theoretical bases the authors, SCHWARTZAM (1999), ALVES (2007), PIMENTEL (2012), as well as legal documents such as the Salamanca Declaration (1994), LDB nº 9.394/96 PNEE (2020 and the National Policy on Special Education in the Inclusive Education perspective (2008) to establish relevant considerations on how to study children with DS in na inclusive context. Down syndrome interacts with the environment, the better its learning process and, consequently, a greater chance of development.

**Keywords-** Down Syndrome; Early Childhood Education, Interaction, Inclusive Education

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento de Educação

Especial BNCC - Base Nacional

Comum Curricular DI - Deficiência

Intelectual

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional MEC- Ministério da Educação

NEE's - Necessidades Educacionais

Especiais PCNs- Parâmetros

Curriculares Nacionais PNE- Plano

Nacional de Educação

PNEE- Política Nacional de Educação Especial, Equitativa, Inclusiva e com  
Aprendizado ao Longo da Vida

PNEEPEI- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação  
Inclusiva SD - Síndrome de Down

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2. PERCURSO METODOLÓGICO</b>	<b>13</b>
2.1 Abordagem metodológica da pesquisa	15
2.2 Procedimentos de Coleta de Dados	16
<b>3. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN</b>	<b>18</b>
<b>4. DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA</b>	<b>20</b>
4.1 Declaração de Salamanca	21
4.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96	23
4.3 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	23
4.4 Política Nacional de Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida (2020)	24
4.5 Decreto nº 10.502/2020 de 30 de Setembro	29
<b>5. AS IMPLICAÇÕES DA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN</b>	<b>30</b>
5.1 Educação Especial e Formação Humana	31
5.2 Principais Características da Síndrome de Down	33
5.3 Profissional de Apoio	38
5.4 Recursos Pedagógicos	41
<b>6. REFLEXÕES SOBRE A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN COM SEUS PARES E PROFESSORES</b>	<b>42</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>46</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>48</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta monografia consiste em um estudo bibliográfico acerca da educação da criança com Síndrome de Down no contexto da Educação Infantil, com ênfase na interação com seus pares educativos. Para isso, são abordadas as principais leis e documentos que regulamentam e asseguram a existência de propostas e políticas públicas que ressaltam a importância da inclusão escolar de pessoas com deficiência.

O interesse em buscar sobre a temática ocorreu durante à vivência com minha prima Maria Eduarda (Duda). Ela possui síndrome de Down e tornou-se a minha fonte de inspiração. Além disso, em 2017, durante as aulas do componente curricular Psicologia e Educação, ministrado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Thereza Cristina Bastos Costa de Oliveira, tive a oportunidade de compreender os processos do desenvolvimento infantil, bem como analisar o processo de interação de crianças com Síndrome de Down. Este fato despertou-me o interesse em aprofundar meus conhecimentos acerca dessa temática.

Desta maneira me senti sensibilizada a respeito dos direitos, das especificidades e da educação da criança com Síndrome de Down, o que perpassa sobre estatutos, documentos oficiais norteadores da educação especial numa perspectiva inclusiva que apresenta formas de atingir uma educação que prioriza a equidade, humanização do ensino e garantias de acesso a escola do ensino regular para essas crianças que tem deficiência intelectual como uma das características mais marcantes que afetam o seu desenvolvimento.

A presente pesquisa se incube de refletir sobre aspectos legais da educação especial numa perspectiva inclusiva, sobre estratégias utilizadas pelos professores que favoreçam a inclusão, o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down a fim de que suas habilidades sejam potencializadas no contexto da educação infantil. Assim como, discutir sobre o diagnóstico da SD e relevância do trabalho da equipe interdisciplinar influenciando de modo positivo na vida e na interação dessas crianças no ambiente familiar e no espaço escolar. Neste tema busco compreender os vínculos entre a família, professores e a comunidade que convivem com a criança Síndrome de Down, para potencializar a suas habilidades.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em compreender as interações estabelecidas entre a criança com Síndrome de Down no contexto da educação

Infantil. Para atender o objetivo geral, estipulou-se também os seguintes objetivos específicos, sendo eles: investigar o

papel do profissional de apoio na inclusão escolar da criança com Síndrome de Down; pesquisar o processo da Educação da criança com Síndrome de Down na Educação Infantil e, por fim, discutir as especificidades da Síndrome de Down e as implicações no processo de ensino e aprendizagem.

As principais bases teóricas utilizadas se configuram em documentos já disponibilizados que abordam sobre a temática, dentre eles os estudos de Alves (2007), Dunst (1995), Mazzotta(2001), Lopes (2018) Castro e Pimentel (2012) a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) em conjunto com a Declaração de Salamanca (1994) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN nº 9394/96, a Política Nacional de Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida (2020), a Lei nº 13.146/2015 de 06 de Julho e o Decreto 10.502/2020 de 30 de Setembro.

A presente pesquisa se encontra dividida em 7 (sete) capítulos. Nessa introdução, a temática está contextualizada, bem como ficam expressas a questão que norteia o estudo e os objetivos a serem alcançados, a justificativa do trabalho e um breve resumo dos diferentes capítulos. O segundo capítulo se refere ao percurso metodológico e apresenta considerações sobre a relevância da pesquisa bibliográfica conforme diferentes teóricos.

O terceiro capítulo faz, uma breve contextualização da Educação Infantil e a criança com Síndrome de Down, um olhar sobre a importância da educação para o indivíduo aprenda a se relacionar, a viver em sociedade e assim desenvolver diferentes habilidades.

O quarto capítulo trata dos documentos norteadores para a Educação Especial e Inclusiva, priorizando elencar marcos históricos, estatutos e a garantia de uma educação que contemple demandas específicas dos sujeitos na condição de Síndrome de Down na Educação Infantil.

O quinto capítulo apresenta as implicações da aprendizagem da criança com Síndrome de Down, bem como as principais características desta Síndrome e a relevância da formação humana a fim de que o educador possa atuar na Educação Especial, de modo que, venha a contribuir da melhor forma possível, sempre priorizando o respeito e esteja preparado para atender as demandas da educação da criança com Síndrome de Down, favorecendo assim as condições de socialização e organização escolar.

O sexto capítulo é dedicado as discussões sobre a aprendizagem da criança com Síndrome de Down e seus pares e professores. Nessa discussão o enfoque é sobre os estágios e perspectivas de desenvolvimento das habilidades a partir das interações em um círculo que envolve família, comunidade e ambiente escolar em um contexto educativo inclusivo.

Por fim, o sétimo corresponde as considerações finais da pesquisa, onde são apresentadas as discussões.

## **2. PERCURSO METODOLÓGICO**

O estudo se constituiu em uma abordagem qualitativa com o uso de uma pesquisa de levantamento bibliográfico, com dados produzidos por meio da análise documental, tendo como base o Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, resolução nº 4, de 2 de Outubro de 2009.

Neste capítulo abordamos o percurso metodológico, o qual adotamos como principal método a pesquisa bibliográfica. Diante disso, elaboramos uma descrição da abordagem, procedimentos de coleta de dados utilizados no estudo e a análise dos dados produzidos ao longo do trabalho.

É na infância, quando aprendemos a nos comunicar, que temos o primeiro contato com a “pesquisa”, comumente de maneira abstrata, quando realizamos diversos tipos de perguntas às pessoas com as quais convivemos. Desta maneira, surge o questionamento sobre tudo o que nos cerca: Como? Por quê?. Tudo é motivo para indagações, e geralmente obtemos as respostas por meio de conhecimentos do convívio social e familiar. Sobre esse assunto, Gil (1989, p.19) destaca que “O homem, valendo-se de suas capacidades, procura conhecer o mundo que o rodeia”.

Durante o percurso na Educação Básica a pesquisa vai se tornando mais evidente. Contudo, ainda de maneira simples, se resumindo apenas em cópias de informações sobre determinado tema, sem uma devida reflexão ou estudo aprofundado sobre o assunto. Nessa perspectiva, concordamos com Ludke e André (1986), ao ressaltar que:

tema, de maneira a comprometê-lo, quem sabe, para sempre na compreensão dos estudantes. A professora pede para os alunos “pesquisarem” determinado assunto e

o que eles fazem, em geral é, consultar algumas ou apenas uma obra, do tipo enciclopédia. (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p. 01)

Diante a conceituação de Ludke e André (1986) sobre a visão de pesquisa construída da educação básica, podemos refletir sobre os impactos que essa visão causa nos sujeitos ao adentarem a Universidade.

Sabe-se portanto que a pesquisa, está entre os três pilares que norteiam a nossa vida acadêmica, sendo eles o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, e na academia ela se torna algo muito maior do que quando aprendemos a nos comunicar e queremos conhecer o mundo ao nosso redor e, também do ensino básico, pois não é mais suficiente obter respostas sobre o porquê das coisas sem uma análise mais crítica e minuciosa do assunto. Para tanto, é preciso a adoção de métodos e instrumentos que possibilitem a realização da pesquisa.

De acordo com Rodrigues (2007, p. 03) “pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação bem planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas das metodologias consagradas pela ciência”.

Desse modo, no processo de desenvolvimento da pesquisa científica é imprescindível muito estudo, foco, dedicação e compromisso para que seja possível produzir conhecimento. Neste sentido, compreendemos ainda que, ela deve ser bem planejada, e realizada através de critérios rigorosos, para assim alinharmos nosso percurso acadêmico.

Dessa maneira, o receio e o desespero batem à sua porta, entretanto, no decorrer da caminhada acadêmica vamos nos aproximando da pesquisa científica e percebemos que ela não deve ser algo que nos cause medo ou inseguranças.

Entendemos que como futuros educadores, devemos ter a ânsia pelo saber, pois desta maneira a nossa produção de conhecimentos, além de possibilitar crescimento profissional e pessoal, poderá contribuir com a sociedade a partir de nossas descobertas.

Segundo Gil (2002):

A pesquisa é um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.” Portanto, a pesquisa é um conjunto de atividades orientadas para a busca de respostas de alguma questão que causa inquietação ou aguça a curiosidade em se pesquisar. (GIL, p. 17, 2002)

Para tanto, ela se incube do reconhecimento do problema ou do questionamento que

funcionará como delimitador do tema de estudo.

## 2.1 Abordagem metodológica da pesquisa

A abordagem qualitativa se destaca pela flexibilidade, sendo que o pesquisador não fica preso a um único modelo, podendo assim obter mais informações, favorecendo a compreensão social e política na realidade que o cerca.

De acordo com Godoy (1995, p. 21) “[...] hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes.”

Entende-se desse modo que, faz-se necessário o uso da pesquisa qualitativa para que em campo possa ser notado tudo da melhor forma e até mesmo das formas mais singulares e particulares de cada indivíduo.

Segundo Minayo (2011):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, p. 21, 2011).

No entanto a pesquisa qualitativa torna-se um método que permite que os pesquisadores tenham a liberdade de analisar as questões propostas com o intuito de permear o cotidiano escolar, identificando processos que, muitas vezes, devido ao fato de se tornarem parte da rotina de uma determinada realidade escolar passam despercebidos pelos próprios envolvidos na pesquisa.

Minayo (2011) destaca que, nem tudo pode ser quantificado, de forma que pesquisar é compreender a forma e o tempo de aprendizagem de uma criança com Síndrome de Down, e isso é algo que não se quantifica, só se pode atribuir qualidades e significados para ser entendido da melhor maneira todo esse universo em que o professor se desdobra e busca levar aprendizagens significativas para alunos com necessidades especiais.

Ludke e André (1986, p. 18) refletem que “[...] o estudo qualitativo é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada [...]” .

Portanto, por ser uma pesquisa de caráter qualitativo, definiu-se pela direção da pesquisa documental. Segundo Godoy (1995, p. 21)“A pesquisa documental consiste no “[...] exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares [...]”.

Ainda segundo Godoy (1995), a pesquisa documental não se apresenta de uma maneira rigidamente estruturada, o que permite ao pesquisador usar sua imaginação e criatividade na perspectiva de construir um estudo de caráter inovador, trazendo contribuições importantes na investigação de alguns temas.

É importante destacar que esta pesquisa seria realizada em escolas da rede municipal do município de Amargosa, sendo uma pesquisa de campo. Porém, com o advento da Pandemia mundial de Covid-19, que assolou e ainda assola o mundo, não foi possível dar continuidade ao projeto inicial, o que nos levou por optar posteriormente pela pesquisa bibliográfica e documental.

Segundo Chizzotti (2000), nos dias atuais a pesquisa qualitativa recobre um imenso campo transdisciplinar, esse termo implica em uma partilha densa com pessoas, algo intimista que não se pode ser contabilizado em números, algo que necessita de um olhar sensível do pesquisador para criar e atribuir significado as coisas, as pessoas e ao seu objeto de estudo.

A qualitativa contém muitas outras tendências amparadas nessa vastidão, os mais variados métodos de pesquisa têm como exemplos entrevista, observação participante, história de vida, estudo de caso, etnografia, pesquisa participante dentre muitas outras, convém perceber que muitos pesquisadores estão recorrendo a pesquisa qualitativa e deixando de lado a pesquisa convencional para assim atender novas demandas com a inserção de novos pesquisadores.

## **2.2 Procedimentos de Coleta de Dados**

A apuração para o tipo de pesquisa utilizada levantou-se mediante a um diálogo com a orientadora que me propôs a sugestão sobre a revisão de literatura através da pesquisa documental, como foi dito acima por motivo do cenário pandêmico enfrentado mundialmente. Diante disso, tivemos que nos adaptar e a ida

a campo foi descartada, pois vivemos agora uma

fase, que constantemente devemos seguir o afastamento social, que ainda afeta as relações de convívio e nos força a adaptação .

A construção de dados para esse trabalho foi realizada através da pesquisa documental onde, o objetivo foi conhecer as interações da criança com SD na educação infantil, entender de fato se há a inclusão desses alunos. Sendo assim, foi feito um levantamento da literatura, através de artigos científicos existentes, que teve como perspectiva a busca por informações já publicadas por estudiosos da temática estabelecida no objeto deste estudo, com o intuito de contribuir e construir de novos conhecimentos.

De acordo com Pizzani (2012, p. 64) “a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental antes da elaboração ou desenvolvimento de um estudo, artigo, tese ou dissertação.

Dessa forma, optamos por buscar nas plataformas Google Acadêmico e Scielo artigos científicos disponíveis que discutem a interação da criança com Síndrome de Down na Educação Infantil. A análise está referenciada nos estudos de Schwartzan (1999), Pimentel (2013), Vigotski (2007), dentre outros autores que discutem a temática, bem como na legislação vigente no país.

Segundo Godoy, a pesquisa documental permite o estudo de pessoas às quais não temos acesso físico, porque não estão mais vivas ou por problemas de distância, e ainda segundo o autor:

[...] os documentos constituem uma fonte não-reativa, as informações neles contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo. Podem ser considerados uma fonte natural de informações à medida que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto. Não há, portanto, o perigo de alteração comportamento dos sujeitos sob investigação. (GODOY, p. 22, 1995)

Dito isso, pensar a pesquisa documental como possibilidade de pesquisa qualitativa, pode causar certo estranhamento, uma vez que, este tipo de investigação talvez não se revista de todos os aspectos básicos que identificam essa natureza de pesquisa.

Porém, sendo a pesquisa qualitativa um campo aberto para o exercício da investigação com criatividade e rigosidade, acreditamos que esse tipo de pesquisa

possa trazer contribuições importantes para vários temas, sendo que os diversos documentos disponíveis constituem preciosas fontes de dados que merecem, portanto, atenção especial.

A pesquisa bibliográfica é importante desde o início de uma pesquisa científica, pois é através dela que começamos a agir para conhecer o assunto a ser pesquisado, ou seja, desde o início, o pesquisador deve fazer uma pesquisa de obras já publicadas sobre o assunto pesquisado, investigando as conclusões e se ainda é interessante desenvolver a pesquisa sobre esse determinado assunto. Na pesquisa bibliográfica o pesquisador tem que ler, refletir e escrever sobre o que estudou, se dedicar ao estudo para reconstruir a teoria e aprimorar os fundamentos teóricos.

Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Nessa direção, podemos afirmar que ela consiste em um conjunto de informações e dados contidos em documentos impressos, artigos, dissertações, livros publicados; os textos e as informações são fontes para a base teórica da pesquisa e na investigação dos estudos dos textos que possam colaborar no desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias.

No entanto esses documentos são utilizados como princípios de informações, indicações e esclarecimentos que trazem em seu conteúdo formas para esclarecer indagações e servir como comprovação de acordo com o interesse do pesquisador.

### **3. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN**

A Educação Infantil é o primeiro contato da criança com a experiência escolar e engloba uma importante fase da vida. Dessa forma, ela propicia o desenvolvimento integral do indivíduo em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social. Frente à isso, é fundamental compreender a importância desse período escolar no crescimento da criança e como a escola pode contribuir para o avanço cognitivo do aluno.

É essencial para que a criança tenha um convívio social além do núcleo familiar. Ou seja, é um momento importante para que o indivíduo aprenda a se relacionar e viver em

sociedade, desenvolvendo habilidades fundamentais à formação humana, além das capacidades cognitivas e motoras.

Logo, as atividades para Educação Infantil de acordo com a BNCC (2017), trabalham, de forma lúdica, as motricidades fina e ampla, a percepção e a capacidade de foco e concentração, bem como proporciona a ampliação das interações sociais, das capacidades linguísticas e do senso moral, além de outras características importantes, como a autoestima.

Todavia, fica claro que o atendimento na Educação Infantil passa a ser definido de 0 até aos 5 anos de idade. Alterando desta forma, a concepção de Educação Infantil que incorpora as crianças de até 3 anos em creches e 4 e 5 anos de idade em pré-escolas.

A LDB de 1996 mostrou um avanço na concepção de Educação Infantil, pois veio a definir uma educação voltada realmente para a criança, considerando-a como sujeito social de direitos que deve ser mantida pelo Estado uma vez que o nível de ensino se constitui como primeira etapa da Educação Básica.

Reforçando o contexto da educação infantil é muito importante para o desenvolvimento de qualquer pessoa. Os estímulos que uma criança recebe nos primeiros anos de vida dizem tudo sobre sua trajetória escolar e no seu desenvolvimento futuro. Principalmente a entrada da criança com Síndrome de Down na educação infantil. Isso proporciona resultados positivos, sobretudo se a instituição está preparada para promover a inclusão. A maioria das crianças com Síndrome de Down estará em um estágio de desenvolvimento emocional e social.

A referência da Educação Infantil com o enfoque inclusivo e com o conjunto de eixos norteadores visa a promoção de interações e brincadeiras, possibilitando ao aluno estímulos para autonomia, e, portanto, respeitando as especificidades de cada destes discentes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) em constância com a Lei de Diretrizes e Bases da educação nº 9.394/96, definem que Educação Infantil como sendo a primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não doméstica que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno em jornada integral ou parcial.

Para evitar a inviabilização da criança, os seus direitos referentes às questões inclusivas devem ser assegurados e aplicados de forma efetiva, equitativa e humanizada no ensino regular.

O professor como o principal mediador precisa realizar uma prática educacional atrativa, criativa e que respeite o ritmo do desenvolvimento e das capacidades cognitivas do aluno com Síndrome de Down. Isso compete com a responsabilidade em elaborar conteúdos didáticos para o aprendizado de forma inclusiva.

Os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais " professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns" (BRASIL 1996, p .44)

Neste sentido, concebe-se um ensino de qualidade a partir das condições de trabalho pedagógico e professores especializados na formação de redes de saberes e de relações que aprimorem e se entrelaçem por caminhos até que se alcance o conhecimento para atender o aluno com necessidades educativas especiais.

#### **4. DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**

A Educação exige um comprometimento para que alcance o nível aceitável como parâmetro para atingir a eficiência da lei para assegurar a conquista de direitos, para isso é fundamental elencar marcos históricos, estatutos e todas as formas de empenho para a garantia de que a educação seja inclusiva e contemple demandas específicas dos sujeitos na condição de Síndrome de Down, o que perpassa em organizar questões que vai desde a gestão quanto a formação dos mediadores envolvidos com a educação especial e inclusiva. Neste capítulo, faço uma abordagem sobre os principais documentos que norteiam a Educação Especial e Inclusiva.

Conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), que trata de diversos aspectos relacionados à inclusão das pessoas com deficiência. No capítulo IV, a lei aborda o acesso à Educação e traz avanços importantes, como a proibição da cobrança pelas escolas de valores adicionais pela implementação de recursos de acessibilidade. O texto diz que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis, mas não cita explicitamente que a matrícula de alunos com deficiência deva se dar na rede regular em vez de escolas especiais, o que é um ponto de controvérsias.

O debate sobre a Educação Especial e Inclusiva no Brasil, em especial no aspecto de incluir a todos em instituições de ensino regulares, tem sido intenso nos últimos anos. Atualmente, o Ministério da Educação (MEC) está revisando a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

(PNEEPEI), que é de 2008. O texto

proposto enfrenta forte oposição de alguns grupos de educadores que tratam do assunto, para quem a nova redação voltaria a estimular a volta da separação das pessoas com deficiência indo na contramão da perspectiva social – que aponta para a eliminação das barreiras e na promoção da acessibilidade, e não separação dos alunos com e sem deficiência.

Durante a elaboração da Base Nacional Comum Curricular- BNCC (2017) a disputa se deu pela retirada do texto que introduz sobre a Educação Inclusiva, trecho redigido por meio de entidades e pesquisadores que trabalham com o tema. O documento cita a necessidade de uma “diferenciação curricular”, o que é repudiado por especialistas, por ser uma forma de discriminação.

Na tramitação do Plano Nacional de Educação- PNE (2014), que traça 20 metas para o País cumprir em dez anos, a polêmica ocorreu por conta da possibilidade de as crianças e os jovens com deficiência serem matriculados em escolas especiais e não obrigatoriamente na rede regular de ensino. Na redação final da meta, aprovada em 2014, essa opção foi mantida. Especialistas no tema afirmam que o texto do PNE fere tratados internacionais assinados pelo Brasil.

Além do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do PNE, da BNCC, existem decretos, portarias, resoluções, notas técnicas e leis que dispõem sobre o assunto, que refletem a evolução ou retrocesso na discussão de inclusão das diversidades e sua integração social.

#### **4.1 Declaração de Salamanca**

A Declaração de Salamanca é um documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas, práticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. Diante a proteção da Organização das Nações Unidas – ONU – realizou-se, em Salamanca, Espanha, no ano de 1994, a Conferência Mundial sobre Educação Especial.

No período compreendido entre os dias 07 e 10 de julho daquele ano, os delegados representando 88 países e 25 organizações internacionais debateram a inclusão na Educação para Todos, a partir da estrutura elaborada anteriormente, em Jomtien, 1990 e das "Normas Uniformes sobre a igualdade de oportunidades para as pessoas com discapacidade", elaborada em 1993 e publicada em 1994. O

fundamento político e moral dessas normas encontra-se na "Carta Internacional de Direitos Humanos", datada de 1948.

Nessa plataforma, foram reafirmados compromissos e reconhecida a necessidade de adoção urgente de ações relacionadas à educação de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais. O propósito desse evento foi a elaboração de diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais visando atender ao movimento de inclusão social e educacional. O documento final elaborado pelos componentes dessa assembleia denomina-se Declaração de Salamanca. Constitui-se um dos documentos internacionais de maior relevância na área da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, ao lado da Convenção dos Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos (1990).

Pode ser considerada uma manifestação originada nos movimentos mais amplos a favor dos direitos humanos e, mais especificamente, de outras ações visando à promoção dos direitos das pessoas com deficiências, iniciadas nas décadas de 60 e 70. Este documento é a reafirmação do compromisso com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações, governo e organizações sejam guiados.

Esse documento concorreu também para a expansão do conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estavam se beneficiando da escola, seja por qualquer outro motivo. A partir desse documento, a ideia de "necessidades educacionais especiais" passou a implicar não apenas a inclusão das crianças com deficiências, mas de todas aquelas que estejam vivenciando dificuldades temporárias ou permanentes na escola.

Uma das implicações da Declaração refere-se à inclusão na educação ao afirmar que o princípio fundamental da escola inclusiva é o de, que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas devem, nesse sentido, reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, ajustando-se aos ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade. Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais devem, portanto, receber todo e qualquer

apoio extra que possam precisar e que lhes assegure uma educação efetiva.

A Declaração de Salamanca mostra um modelo estruturado de ação baseada nos parâmetros de uma educação inclusiva no âmbito das necessidades educacionais especiais. Representando, portanto, um marco na história da educação de pessoas com necessidades.

Conforme a Declaração e seus princípios definidos por ela é que as escolas e seus projetos pedagógicos se adequem a necessidades dos indivíduos nelas matriculados. Sendo assim é notório que a Declaração de Salamanca assegure a igualdade dos direitos de todos os indivíduos se referindo a Educação de qualidade. Por esse mesmo modo essas ações devem ser levadas em consideração a necessidade individual de cada um. Mas salientando a importância da prática da inclusão referindo a criança com Síndrome de Down onde devem aprender juntos, independente de quaisquer dificuldades ou diferença que possam ter.

#### **4.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96**

Aponta que a educação de pessoas com deficiência deve dar-se preferencialmente na rede regular, sendo um dever do Estado e da família promovê-la. O objetivo da escola, segundo a lei, é promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho.

É importante destacar que a LDBEN (1996) garante, em seu Artigo 59, que os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com necessidades especiais: Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as suas necessidades, terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

#### **4.3 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)**

A inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, manifestada em defesa do direito de todos os alunos estejam juntos aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

A Educação Inclusiva constitui como um paradigma educacional fundamentada na concepção de direitos humanos, que une a igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança a ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas na produção de exclusão dentro e fora da

escola.

Reconhecendo que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva como um espaço central no papel da escola e como movimento de superação da exclusão. Diante dos referências para a construção de um sistema inclusivo passa a ser repensada de uma forma para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Nesta perspectiva que a Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) como maneira de acompanhar os avanços e conhecimentos sociais, visando contribuir e constituir política pública que promova uma educação de qualidade para todos os alunos.

Vale salientar que esse conhecimento são fundamentais para o sistema educacional onde trata de assegurar a inclusão escolar de alunos com transtornos globais e que um deles fazem parte da deficiência intelectual que antes era conhecida como retardo mental, caracterizado por inteligência ou capacidade mental abaixo da média e falta de habilidades necessária para a vida cotidiana. Ela pode ser identificada em diversos tipos de transtornos de desenvolvimento, além de dificuldades significativas na vida diária, como o autocuidado, segurança, socialização e dificuldade de raciocínio e compreensão.

Pessoas com (DI) podem processar informações mais lentamente, ter dificuldade na habilidades e na comunicação. Ela pode ser causada por uma condição genética, como também poder ter dificuldade de interação social por não conseguirem acompanhar o desenvolvimento.

#### **4.4 Política Nacional de Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida (2020)**

O documento intitulado Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva com aprendizado ao longo da vida (BRASIL, 2020) traz um relato dos marcos históricos da Educação Especial no Brasil e dos marcos normativos dessa modalidade de ensino do país. Em sua apresentação, a PNEE informa que o documento foi elaborado tomando como base consultas realizadas com estudantes da educação especial, familiares desses estudantes, professores, gestores escolares, outros profissionais da escola, secretários de educação, profissionais da educação superior, pesquisadores, membros de organizações não governamentais, membros de conselhos, cidadãos interessados e outros (BRASIL, 2020, p. 15).

Todos estes diretamente envolvidos com o público-alvo de estudantes da Educação Especial no país. Na mesma parte, o texto explica que a publicação tem como objetivo estimular

os sistemas de ensino a criar e inovar em relação à Educação Especial, valorizando, assim, as diferenças e as singularidades no mundo global e desigual que vivemos.

A PNEE levanta a ideia de que a presença em sala de aula regular de alunos que não tenham “condições de acompanhar o currículo pode representar uma forma de exclusão, seja no próprio contexto de escolarização, seja mais tarde, ao longo da existência” (BRASIL, 2020, p. 17).

Este conceito pode contribuir, talvez, para o fortalecimento das premissas de desigualdade em que vivemos.

O documento traz, ainda, contextualização com dados sobre matrícula e número de alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino. Assim como, naquele mesmo trecho, também apresenta o número de docentes com formação específica para o trabalho com estudantes do público-alvo e, com isso, conclui que o número é insuficiente e que não atende a demanda no país. De acordo com os dados apresentados pela Política Nacional de Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com aprendizagem ao longo da vida (2020) “apenas 5,8% dos professores que atuam na educação básica, em todo o país, fizeram cursos destinados à formação continuada para atuarem com público-alvo da Educação Especial”

No texto é possível encontrar trechos que reforçam o argumento de que não é objetivo da Política determinar se o direito à inclusão é maior ou menor que o direito à educação especializada.

A PNEE considera que “apenas modifica a ênfase que vinha sendo dada na inclusão total, pois, na realidade, os sistemas de ensino no Brasil sempre se organizaram por meio de escolas comuns do sistema regular, escolas especializadas e escolas bilíngues de surdos” (BRASIL, 2020, p. 19).

Outro dado importante que o documento faz referência é sobre a formação continuada dos professores do AEE, alegando que poucos tiveram a oportunidade de participar de formações específicas da área.

Diante dos documentos expostos pode-se afirmar a Educação Especial como importante meio de transformações para, além de um processo de socialização em que o indivíduo adquire e assimila conhecimentos os quais são levados para vida.

Trata-se de uma modalidade de ensino que tem um objetivo comum, o atendimento especializado e de qualidade que proporcione uma escolarização de pessoas com deficiência. Além das políticas de inclusão implementadas no país ao longo dos anos possibilitando que as pessoas com deficiência tenham a possibilidade de fazer parte do processo de socialização e inclusão estabelecido no ambiente escolar.

A Educação Especial surgiu através de lutas organizações que deram direitos a pessoas com deficiência de estarem legalmente em ambientes até então não alcançados como a escola regular. A Educação Especial chega ao Brasil com um princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas, começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994) a qual trata-se de uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial e também a partir do momento da aprovação da Constituição Federal de 1998 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB (1996).

Historicamente, a Educação Especial tem sido conhecida como educação de pessoas com deficiência, seja ela motora, visual, física múltipla ou decorrente aos transtornos invasivos de desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado a educação especial.

É considerável contextualizar que a Educação Especial desde os seus princípios até a atualidade se apresenta como principal responsável por avanços sobre a inclusão, justamente para que as pessoas possam contar como acesso a educação. Seja ela na busca promover o encontro entre todos os estudantes com e sem deficiência, como também ao encontro das origens e especificidades. Dessa maneira, a educação aproxima os alunos de forma que aprendam a lidar com os diferentes meios e com mais empatia e colaboração.

Nessa direção, observa-se que trata-se de Educação Especial, como uma modalidade de ensino destinada a pessoas com deficiência no campo de aprendizagem originadas, a múltiplas deficiências como a sensorial, física, mental. Nesse sentido, a educação especial considera como um “instrumento de intervenção” como um processo que pretende modificar o estado do desenvolvimento de seus usuários.

Mazzota (1996) define a Educação Especial como:

[...] a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em

alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens. (MAZZOTA, 1996, p.11)

Dito isso, no que diz respeito a Educação Inclusiva compreende que está em diversos cenários, sendo que no decorrer dos anos foi ampliando-se no âmbito da Educação Escolar como aponta o a lei.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1993-2003) preconizam: “a atenção à diversidade da comunidade escolar e baseiam-se no pressuposto de que a realização de adaptações curriculares pode atender a necessidades particulares de aprendizagem dos alunos. Consideram que a atenção à diversidade deve se concretizar em medidas que levam em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas, também, seus interesses e motivações”.

O modo de trabalhar com pessoas com deficiência foi se modificando, e ganhando espaço nos debates acerca da educação, inclusive sendo assegurado por inúmeras leis e regulamentos que regem a democracia e inclusão no ambiente escolar. De acordo com BRASIL/SEESP-MEC (1994), além de seguir os princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade, a Educação Especial é regida por princípios norteadores, dentre eles os mais citados são: princípios da normalização, integração e individualização. Deste modo, é indispensável uma teoria acerca da aprendizagem.

A que se resaltar que a Educação Especial e Educação Inclusiva apesar de caminharem juntas apresentam uma diferença na educação especial o ensino é totalmente voltado para alunos com deficiência, já na educação inclusiva todos os alunos com e sem deficiência têm a oportunidade de conviverem e aprenderem juntos.

Na Educação Especial o ensino é voltado para alunos com deficiência. Já na Educação Inclusiva, todos os alunos com e sem deficiência têm a oportunidade de conviverem e aprenderem juntos. Assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, no artigo 58, destaca que:

A educação especial, consiste na a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996)

A inclusão é mais do que somente garantir o acesso à entrada de alunos nas instituições de ensino. O objetivo é eliminar obstáculos que limitam a aprendizagem e participação no processo educativo. Assim, os objetivos da educação especial são



geral. O que difere, entretanto, é o atendimento, que passa a ser de acordo com as necessidades individuais de cada aluno.

Destacamos ainda que a diversidade, em si, não caracteriza uma Educação Inclusiva. Uma escola pode ser um espaço diverso, que acolhe crianças com diferentes vivências e realidades, mas ela só será inclusiva se desenvolver um senso de pertencimento e de participação entre os seus alunos.

Sendo assim, a Educação Especial é essencial tratar sobre as políticas educacionais, uma vez que, diante de tantas contribuições são através delas que os processos de cuidados especiais são estabelecidos.

Ela se faz parte de um grupo que visa garantir o direito universal à educação e qualidade e do desenvolvimento para os educandos, buscando meios de construção de valores e conhecimentos que possibilitam ao estudante ter a capacidade de se comunicar e compreender o mundo, além de, defender suas ideias e exercer sua cidadania.

Acima de tudo, os aspectos abordados pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 especialmente, garante o direito de acesso à educação para todos os brasileiros. Com base no seu artigo 3º, a LDB atesta que o ensino deverá considerar os princípios de:

[...] “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender [...]; pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; valorização do profissional da educação escolar com garantia de qualidade na formação”. (BRASIL, 1996)

Nesse mesmo sentido, destacamos a Política Nacional da Educação Especial no qual tem a intenção de atender benefícios para habilidade e superdotação ao desenvolvimento e educação especial, pois como marca a LDB (1996), no art. 58. 2º o atendimento educacional será feito em classe escolar ou serviços especializados sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes regulares de ensino regular”.

Diante disso, é imprescindível atender aos educandos da Educação Especial, respeitando suas características, para que seja assegurada a eles a possibilidade de desenvolvimento e inclusão social.

Ainda tratando dos direitos do educando da Educação Especial, precisamos ressaltar o atendimento AEE. O conceito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), proposto por Vigotsky (1997), trouxe contribuições da psicologia histórico cultural para o atendimento educacional especializado, no qual estudou sobre a construção do sujeito a partir das experiências adquiridas por ele na interação com o ambiente cultural em que participa, e na relação social com o outro.

Seguindo o conceito de aspectos sobre aprendizagem e política o termo inserção significa o ato de inserir, que quer dizer introduzir, incluir-se num conjunto, integrar, intercalar, fazer parte de um contexto. Dessa forma, quem deve se moldar, se organizar é a escola, oferecendo às crianças e famílias que vão chegar um ambiente a eles, e seu acolhimento. O decreto nº 7.611/2011 apresenta diretrizes que dizem respeito ao atendimento especializado destacando que:

- I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta da inclusão plena;
- VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino;
- VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. (BRASIL, 2011).

Dispõe que os alunos da educação especial devem receber atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino. Ou seja, superar os desafios e melhorar os aspectos que envolvem a educação especial, evoluindo e garantindo a inclusão destes alunos.

#### **4.5 Decreto nº 10.502/2020 de 30 de Setembro**

O decreto nº 10.502/20 publicado pelo Governo Federal acredita que todas as crianças, jovens, adolescentes tem direito de conviver em sociedade em equipe de condições, garantindo os direitos constitucionais de educação atendimento especializado, promover ensino de excelência aos educandos da educação especial, em todas as etapas, níveis de modalidades de educação, em um sistema educacional equitativo, inclusivo e com aprendizado. Esse decreto

relata que é missão da escola incluir e formar cidadãos que compreendem as diferenças e respeitam a singularidade humana.

Partindo desse contexto a Política Nacional de Educação Especial visa substituir a Política Nacional de Educação especial na Perspectiva inclusiva, os alunos considerados público alvo da educação especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades, superdotação que foi construída mediante os princípios da Constituição Federal, ou seja, a inclusão é o único caminho possível para uma educação de qualidade capaz de garantir a equidade nas condições de aprendizagem. A mudança com essa nova lei da educação especial é a medida da prática tira a obrigatoriedade da escola comum em realizar matrículas de estudantes com deficiência e permite a volta do ensino regular em escolas especializadas que é visto por entidades como um retrocesso a educação inclusiva no país além de profanar a constituição ao segregar alunos.

## **5. AS IMPLICAÇÕES DA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN**

Assim o ingresso na escola infantil é um marco muito importante, pois exige uma adaptação a um contexto social diferente do cotidiano e da família como todo. A partir da interação com outras crianças e educadores, a criança redimensiona seus padrões de relações e comportamentos. Por isso, a inserção escolar é um processo complexo que se inicia antes mesmo da família chegar para conhecer a escola.

Começa com a conscientização da ideia que a escola é lugar adequado para a criança naquele determinado momento. Tratando dessa figura de inserção e interação nesse ambiente escolar o educador ocupa um papel fundamental na promoção dessa interação. Ele se coloca como mediador e facilitador desse processo de significações e por estar imerso no mundo simbólico na contribuição para atribuir nas ações para as crianças. Também no que se refere a interação desse ambiente é bastante importante porque a criança entra em contato com a cultura do ambiente por determinadas formas de meio social e no seu modo de pensar e agir.

Atualmente, vem sendo cada vez mais frequente o conhecimento da importância de estudar o propósito da interação desses alunos no contexto familiar desse diagnóstico, principalmente quando a descoberta acontece no período gestacional.

O papel da família desempenha a importância desde os primeiros anos de vida. A

criança com (SD) apresentam um desenvolvimento cognitivo mais lento, as dificuldades de

aprendizagem requer tempos maiores. Por isso, o papel da família de um (SD) é proporcionar através de carinho, da estimulação maneiras que elas possam se inserir tanto no ambiente social quanto escolar.

De acordo com PEREIRA (1980, p. 3), integração “é fenômeno complexo que vai muito além de colocar ou manter excepcionais em classes regulares. É parte do atendimento que atinge todos os aspectos do processo educacional”. Por isso que esse modelo pedagógico nos faz possíveis observações sobre a exclusão dos alunos que não se adaptam ao ensino oferecido na escola regular e com esse modelo de ensino a escola investe em adaptar o aluno com necessidades especiais a escolar regular.

Foi através de movimentos sociais e motivos que o Plano Nacional de Educação (2020) garante o ensino das pessoas com necessidades especiais com objetivo de desenvolver potencialidades aos alunos, incentivando a autonomia a cooperação, a interação, a criatividade, e o senso crítico como uma forma de integrar as pessoas com necessidades especiais á sociedade.

## **5.1 Educação Especial e Formação Humana**

A formação humana na concepção da educação é justamente da questão ligada a integralidade do ser e pensar de cada indivíduo no mundo. Essa formação prepara o ser humano para produzir as condições de socialização e organização. Por esse motivo, a formação e transformação de caráter do indivíduo e o seu comprometimento quanto ao seu comportamento em relação ao mundo em que vive.

É a partir das trocas de experiências que acontecem no exercício de interação da criança com Síndrome de Down na Educação Infantil, é um período tão importante, tanto para o docente como para o discente no aspecto de compreender e refletir sobre Educação Especial. O educando precisa dessas relações que só pode vivenciar na educação escolar e seu processo formativo.

Nesse sentido, segundo Bastos e Pereira (2003), Vygotsky construiu sua teoria de desenvolvimento infantil partindo da concepção de ser humano e realidade. Para ele, o sujeito é concebido a partir do materialismo histórico e dialético, entendendo que sua relação com a realidade se dá por mediações que lhe permitem ser transformado pela natureza, e esta, por sua vez, é transformada por ele. Dessa forma, a mediação se processa pela utilização de

instrumentos e signos que possibilitam, pela interação social, a transformação do meio e dos sujeitos.

Sob o mesmo ponto de vista, para Vygotsky, segundo Bastos e Pereira (2003), o sujeito é determinado pelo organismo e pelo social que estrutura sua consciência, sua linguagem, seu pensamento, a partir da apropriação ativa das significações histórico-culturais. Assim percebe-se que a interação entre alunos é uma ação importante no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos mesmos, tendo eles ou não alguma limitação física, motora ou intelectual.

Segundo Oliveira (2010 a, p.64), “o processo de ensino-aprendizado na escola deve ser construído, então tomando como ponto de partida o nível de desenvolvimento real da criança”. O ensino deve ser adequado ao nível de conhecimento do grupo de crianças. O professor tem importante papel de interferir na zona de desenvolvimento proximal dos alunos, provocando onde não ocorreria espontaneamente. É importante que a intervenção de pessoas como professores e de outras crianças promovam o desenvolvimento do indivíduo. Por fim, a proposta do sociointerativismo da educação inclusiva é fundamental na filosofia da escola porque além do aceite e reconhecimento sobre a diversidade seus princípios estão na busca da educação de qualidade para todos. E a partir dela que é possível explorar essas interações com outros e na construção da aprendizagem.

Nesse caso, todo aprendizado, diálogo, propostas, teorias, práticas e desenvolvimento da capacidade de relacionar dependem entre outras coisas de toda interação tanto da criança com Síndrome de Down, quanto em situações diversas de qualquer do educador.

Destacamos ainda que, toda experiência mostra que é possível promover a inclusão dos alunos com Síndrome de Down. Desse modo, a pesquisa favorece a apreensão, análise e crítica de contextos de ação com vista de transformá-la, tendo como pressuposto essencial a valorização do fazer e do saber dos participantes investigados. Segundo Gil (2005), para uma verdadeira inclusão, é preciso uma educação que:

[...] respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças. (GIL, p.18, 2005)

A escola deve ser um local onde seja possível o crescimento mútuo de alunos

e professores no processo de conscientização e aprendizagem, nela a Educação Inclusiva defende o desenvolvimento de uma consciência crítica e libertadora como meio de superação das

contradições e das necessidades que o acometem.

## 5.2 Principais Características da Síndrome de Down

Compreendido o conceito da Educação Especial e a formação humana e Educação infantil, com base nos documentos apresentados, passamos a destacar aqui o que é a Síndrome de Down. De acordo com Pimentel (2012) caracteriza-se por uma diferenciação genética: a trissomia do cromossomo 21. Enquanto grande parte da população carrega 46 cromossomos em cada célula, as pessoas com síndrome de Down possuem 47 cromossomos em todas ou na maioria de suas células – o que lhes confere características físicas e cognitivas que fogem do padrão, mas que são muito similares entre os portadores da síndrome (PIMENTEL, 2012).

A autora explicita que, não se trata de uma doença: é apenas uma condição especial, que em nenhuma circunstância impede a pessoa com Síndrome de Down de aprender, sentir, amar, se divertir e desenvolver sua autonomia da mesma forma como o restante da população.

O conhecimento sobre o problema é fundamental para o seu enfrentamento, por conta dos preconceitos que fizeram com que as pessoas com deficiência fossem vítimas de políticas e ações equivocados durante muito tempo. Dessa forma, há um grande número de estudos e trabalhos que permitem ter o conhecimento exato da Síndrome de Down e de seus aspectos.

A criança com Síndrome de Down era considerada como retardada, incapaz e em algumas sociedades era até mesmo considerada como monstro. Segundo Schwartzman (1999) na Idade Média, as pessoas com deficiência foram considerados como produto da união entre uma mulher e o demônio.

Schwartzman (1999) adverte:

Não devemos esquecer, em nenhum momento, das grandes diferenças existentes entre vários indivíduos com SD no que se refere ao próprio potencial genético, características raciais, familiares e culturais, para citar apenas alguns e que serão poderosos modificadores e determinantes do comportamento a ser definido como características daquele indivíduo. (SCHWARTZMAN, p. 58, 1999)

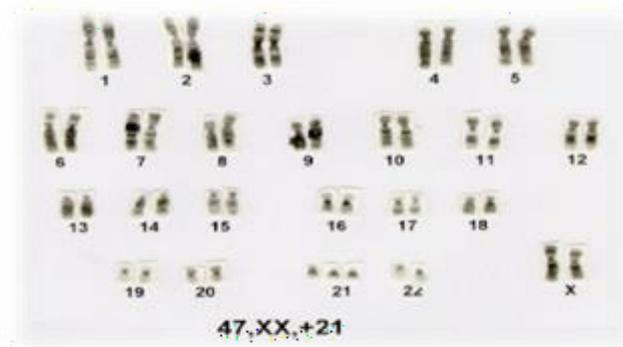
Nesse sentido, a Síndrome de Down é causada pela presença de três cromossomos 21 em todos ou na maior parte das células de um indivíduo. Isso ocorre na hora da concepção da criança. As pessoas com Síndrome de Down ou trissomia do cromossomo 21 têm 47 cromossomos em suas células em vez de 46, A Síndrome de Down não é uma doença, como já afirmamos anteriormente (PIMENTEL,

2012). A SD é uma condição da pessoa associada a algumas questões para as quais os pais devem estar atentos desde o nascimento. Portanto, trata-se de uma alteração genética que ocorre na formação do feto, mais especificamente no período

de divisão celular. A maioria dos casos das pessoas com trissomia 21 é causada pela não disjunção, resultando em um cromossomo extra (PIMENTEL, 2012).

Os demais pacientes possuem anormalidades cromossômicas que apresentam um número normal de cromossomos, porém, a alteração é do tipo translocação, e mosaïcismo, o qual algumas células possuem o cariótipo normal, no entanto, esse tipo é raro com ocorrência aproximada de 1 a 2% (SASSAKI, 2003).

A alteração genética compromete apenas parte das células, ou, seja algumas células, tem 47 e outras 46 cromossomos (ocorre em ceca de 2% dos casos de Síndrome de Down) os casos de mosaïcismo podem originar-se da não disjunção mitótica nas primeiras divisões de um zigoto normal (SASSAKI, 2003).



**FIGURA 1. Cariótipo de um indivíduo do sexo feminino (XX)**

Disponível em:

<http://www.sobiologia.com.br/conteudos/Genetica/genesnaoalelos9.php>

No entanto, em todos os três casos é sempre o cromossomo 21 o responsável pelas características fenóticas dessa síndrome. A translocação é resultado de reorganização cromossômicas, que se seguem a meiose ou divisão das células, já o mosaïcismo que ocorre em 1% dos casos. (SASSAKI, 2003)

O destaque é para o caso específico que ocorre na alteração cromossômica, estas células apresentam um cromossomo extra e apresentam traços menos acentuados da síndrome e acarreta em desenvolvimento intelectual com menos dificuldades sócio-interativas e sócio-afetivas.

Alguns autores como Gallagher (1996), Schwartzam (1999), Alves (2007), e Pimentel (2012) elecam algumas alterações da criança com Síndrome de Down. Indivíduos com SD podem apresentar algumas ou todas as características ligadas ao distúrbio. Entre elas estão o comprometimento intelectual, dificuldades motoras e na articulação da fala, mãos e orelhas

pequenas, rosto arredondado, são mais suscetíveis a determinadas doenças, olhos semelhantes aos de orientais.

Outras alterações são: braquicefalia, fissuras palpebrais, hipoplasia da região mediana da face, diâmetro fronto-occipital reduzido, pescoço curto, língua protusa e hipotônica e distância aumentada entre o primeiro, o segundo dedo dos pés, crânio achatado mais largo e comprido; narinas normalmente arrebitadas por falta de desenvolvimentos dos ossos nasais; quinto dedo da mão muito curto, curvado para dentro e formado com apenas uma articulação; mãos curtas; ouvido simplificado; lóbulo auricular aderente e alteração na área cardíaca.

Quanto às alterações fisiológicas observam-se nos primeiros dias de vida uma grande sonolência, dificuldade de despertar, dificuldades de realizar sucção e deglutição, porém estas alterações vão se atenuando ao longo do tempo, ao passar dos meses à medida que a criança progride no seu crescimento se torna mais alerta.

A criança com Síndrome de Down normalmente apresenta grande hipotonia. A hipotonia costuma ir se atenuando à medida que a criança fica mais velha e pode haver algum aumento na ativação muscular através da estimulação tátil.

Essas inúmeras alterações estruturais e funcionais, além de outras que afetam diretamente o sistema nervoso da criança com Síndrome de Down, determinam algumas de suas características mais marcantes como distúrbios de aprendizagem e desenvolvimento. Isto implica nas interações de ensino e aprendizagem no aspecto referente as questões psicopedagógicas do aluno com necessidade de educação especial. (PIMENTEL, 2012)

A Síndrome de Down está intimamente relacionado ao incentivo e ao estímulo sobretudo nos primeiros anos de vida. Não negamos a afirmação de que o Down apresenta algumas limitações e até mesmo precise de condições especiais para aprendizagem, porém, enfatizamos que estes, através de estimulações adequadas (como: fazer atividades que estimule com outras pessoas, fazer atividades que incentive e estimule a interação) isso pode se desenvolver especialmente se estiverem matriculados em escola regular de ensino.

De acordo com Schwartzan (1999) a Síndrome de Down é uma herança genética, que algumas pessoas consideravam ser uma doença e com o passar dos tempos passou a ser reconhecida como uma deficiência genética. Atualmente

acredita-se, que a pessoa com a SD é tratada com menos preconceito por educadores que trabalham o processo de inclusão em escolas

públicas e privadas, inserindo a criança no convívio escolar respeitando os seus limites.

As características de interação social da criança com Síndrome de Down é muito semelhante as das outras crianças. Ela deve se socializar com as outras crianças dentro e fora da escola. Pensar que só a integração escolar produzirá, automaticamente, a total integração social das pessoas com deficiência, pois os mecanismos segregacionistas estão, de tal forma, sedimentados em nossa sociedade que demorará muito tempo para serem pelo menos minimizados. Apesar da base da integração ser o princípio de “normalização”, a mesma não é específica da vida escolar.

Contudo atinge o conjunto de manifestações e atividades humanas e todas as etapas da vida das pessoas, seja ela afetada ou não por uma incapacidade, dificuldade ou inadaptação. Temos que reconhecer que os primeiros passos já estão sendo dados, e que a sociedade já está mais esclarecida. Porém é necessário que haja uma conscientização tanto para a comunidade escolar, quanto para a família, pois não basta que haja tantas manifestações e políticas públicas sem a prática específica.

De acordo com os autores referenciados nessa pesquisa, a criança com SD deve interagir com todos, despertando e incetivando o seu desenvolvimento intelectual e emocional. Todas elas devem ter a oportunidade de interação com outras crianças e com adultos, fora do contexto familiar.

A síndrome de Down e sua relação com a deficiência intelectual ou atraso intelectual trata-se da causa genética mais comum da deficiência intelectual, presente em praticamente todas as pessoas com Síndrome de Down, está relacionada ao Quociente Intelectual (QI) da criança, e se entrelaça a inteligência deste indivíduo, sobre o quanto o cérebro é capaz de acompanhar as fases do desenvolvimento que são esperadas para que a criança se mantenha ativa, produzindo e aprendendo na vida com as demais. Esta nomenclatura conhecida atualmente está descrita DSM-5, no entanto, já foram conhecidas sob o que é considerado hoje como termo pejorativo e preconceituoso como retardo mental.

A deficiência intelectual pode ser percebida desde os marcos do desenvolvimento da criança, quando ainda bebê no desenvolvimento psicomotor. Vale salientar que todo esta análise é feita a partir de observação médica, onde o diagnóstico é construído levando em consideração alguns fatores como, se a criança

sentou na idade esperada ou se a criança possui coordenação motora grossa e fina.  
Apesar desta variação de QI, pessoa com Síndrome de Down possuem

um padrão específico de deficiência intelectual. Nele, as habilidades não-verbais se desenvolvem normalmente ao contrário da linguagem.

A DI pode acarretar alguns prejuízos nas demais áreas da vida do indivíduo, no que se refere à vida acadêmica algumas destas barreiras podem ser compreendidas como a dificuldade de memorizar as coisas, dificuldade em entender conceitos ou tem mais dificuldade de absorver os conteúdos curriculares. Em casos mais severos da deficiência intelectual estas barreiras são mais perceptíveis, mas em casos leves, as vezes elas podem passar despercebidas, principalmente quando o tratamento é realizado de maneira adequada e logo após o diagnóstico. Vygotski (1997) reflete sobre a deficiência e defende que uma criança possui seu desenvolvimento atípico não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que as crianças definidas como normais ou típicas, ela é apenas desenvolvida de outro modo, de um modo peculiar.

Além destas dificuldades, a redução de memória e um maior déficit de atenção faz com que o desenvolvimento cognitivo de pessoas com Síndrome de Down precise de muitas intervenções, apoio da escola, adaptações escolares para cada criança, acompanhamento com psicopedagogia e monitor.

A medida que se realiza um trabalho educativo com o uma pessoa que possui a deficiência intelectual, é importante que a instituição de ensino conheça sobre tal, para que assim possa compreender as barreiras e dificuldades que poderão surgir no processo de ensino e aprendizagem, de modo que somente assim poderá contribuir para com o desenvolvimento deste aluno. Desta forma, não deve entregar-se ao domínio das leis biológicas, de suas limitações, mas, ao contrário, diante de seu desenvolvimento, agregar-lhe objetivos, exigências sociais, e conduzi-lo para fora de um mundo de isolamento. Assim, "(...) a escola não deve somente adaptar-se às insuficiências dessa criança, deve também lutar contra elas, superá-las". (VYGOTSKI, 1997, p.36).

Hoje, a pessoa com Síndrome de Down vencem cada vez mais obstáculos. Isso se deve a criação de melhores programas educacionais, avanços na área da saúde, recursos comunitários e apoio de família e amigos.

### 5.3 Profissional de Apoio

O Público- Alvo de alunos da Educação Especial (PAEE) tem aumentado nas escolas comuns devido à implementação das políticas públicas para inclusão escolar. Hoje, o acesso à escola deve ser para todos, possibilitando assim a matrícula de qualquer aluno nas escolas comuns independente da sua limitação (BRASIL, 2008).

O Estatuto da Pessoa com deficiência garante o direito à igualdade e a liberdade, visando a inclusão social e assegurando a cidadania de todas as pessoas com necessidade, seja ela, intelectual, física, mental ou sensorial. Por isso é fundamental entender o papel do profissional de apoio na educação inclusiva. Lidar com a diversidade tem sendo um desafio para os professores. Pois em todo instante somos surpreendidos com o tamanho do processo de aprendizagem. Por essa situação observa-se como alcançados os procedimentos para a construção do conhecimento.

O professor deve acreditar na potencialidade de todos os seus alunos e criar métodos para que eles consigam aprender, independentemente de suas diferenças e especificidades. Para isto, “é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares.” (MANTOAN, 2006).

Porém, muitas vezes o professor não consegue sozinho atender toda essa demanda e diversidade e por esse motivo precisa de técnicas e profissionais especializados para ajudá-lo neste desafio.

A parceria entre mediador e escola favorece o estabelecimento de metas Realistas no que se refere ao desenvolvimento, como também possibilita avaliar a criança de acordo com suas próprias conquistas. (MOUSINHO, 2010, p. 37)

Para entender o papel do profissional de apoio na educação inclusiva, é necessário entender a legislação 13146/15 que define esses cuidados, técnicas e essa parceria. Esse profissional tem conexão direta com o trabalho escolar. De acordo com a Lei está definido que o profissional de apoio deve auxiliar o aluno nos momentos de higiene, alimentação e locomoção. Além disso deve atuar em todas as tarefas e realizar técnicas ou procedimentos. Essa parceria entre auxiliar de apoio e professor irá beneficiar o desenvolvimento da criança com necessidades especiais educacionais e ajudará no processo de ensino e aprendizado.

É importante que fique claro que o profissional de apoio tem a função de dar suporte ao aluno, em atividades que os mesmos não possuam independência, como por exemplo,

“cuidados básicos”, “auxílio nas atividades escolares”, entre outras. Sendo assim, a formação mínima desse profissional pode ser o ensino médio completo, a qual seria Suficiente para a função que irá desenvolver. Porém é essencial nesse serviço o processo De investimento na formação continuada, acompanhamento, supervisão e apoio constante na sua atuação.

Vemos que esse profissional vem sendo recentemente muito citado para se trabalhar com o público da Educação Especial, e vem sendo muito confundido em muitos termos dentro e também fora das escolas, recebendo uma multiplicidade de denominações para esse indivíduo. Como por exemplo, cuidador, monitor, professor de apoio, mediador, estagiário, entre outras.

Lopes (2018) traz em sua análise ao histórico da educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a passagem das funções dos profissionais de apoio por muitas modificações onde reduziu-se até mesmo a exigência de sua formação, o que antes era citado como profissional especializado, como apenas cuidador ou monitor.

Ela cita a resolução CNE/CBE 02/2001 para descrever as funções desse profissional nas escolas, cuja função era dar suporte Ao professor da sala de aula comum, não sendo um profissional a parte ou que ajudasse apenas nas necessidades físicas dos alunos que necessitassem de apoio educacional especializado na sala de aula. O artigo 8º da resolução, parágrafo IV, dita bem sobre essas funções e diz que:

IV – Serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, Mediante: a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial; b) Atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis; c) atuação de Professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente; d) Disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à Comunicação. (BRASIL, 2001).

De acordo com Lopes (2018) o profissional era descrito como suporte ao professor do ensino comum, e era exigida a formação especializada e capacitação para que se atuasse como profissional de apoio, ou seja, o profissional destinado a trabalhar com o PAEE, teria a especialização e poderia agir diretamente com estratégias e procedimentos para atender as necessidades dos alunos, atuando juntamente com os professores das salas de aula comuns.

Desta forma, de acordo com o que foi analisado, além de auxiliarem os estudantes com deficiências nas suas necessidades básicas, no que diz respeito à locomoção, alimentação e higiene, também, desenvolvem um apoio pedagógico de forma amorosa e proporcionando meios para a autonomia deste público.

Fazendo uma breve análise sobre os documentos que norteiam a Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva que o abordam sobre o profissional de apoio ao longo das décadas houve mudanças na atuação e perfil dos profissionais de apoio que dão suporte a rede de inclusão escolar, com a atualidade os documentos foram mudando em relação as exigências de que os profissionais deveriam ser especializados, mantendo o perfil de cuidador do aluno PAEE. Sendo assim, a especificação desse profissional, que recebe a denominação de profissional de apoio, é descrita pela Lei nº 13.146, Art. 3º como:

XIII- Pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015, p. 3)

De acordo com a lei nº 13.146/2015, o profissional de apoio não só atuará na locomoção, Higiene e alimentação, como também em todas as atividades escolares nas quais se faz necessária, onde o profissional não entrará na parte do apoio pedagógico, mas dará suporte ao aluno em suas atividades escolares, onde algumas pessoas podem acabar por se confundir na percepção de suas funções.

Logo após as grandes modificações que se perpassou sobre esse profissional no cenário educacional, chegou-se a essa descrição sobre quem é esse profissional de apoio, cujo como citado acima para atuar no ambiente escolar necessitaria de um curso de especialização na área e atuava diretamente nas atividades escolares, agora ganhando o perfil de cuidador do aluno com necessidades educacionais especiais, resultando também no sucateamento de profissionais, onde exigindo-se formação mínima poderia acarretar em uma economia nos cofres públicos, mas, é considerável ressaltar que a inserção desse profissional nas escolas contribuirá com grande importância na formação desses alunos PAEE, onde o profissional exercerá funções que ajude o aluno desde a sua locomoção até as atividades escolares onde se fazer necessária sua atuação, essas outras atividades não são definidas, e o profissional pode interferir nas atividades escolares internamente do ambiente da sala de aula e isso contribui não só apenas para que o profissional os ajude em perante as necessidades como também na inclusão do aluno PAEE no ambiente Escolar. Lopes (2018) destaca que antes se necessitava de um familiar do aluno PAEE na escola Para que essas atividades pudessem ser realizadas.

Assim como no AEE, se faz importante a inserção desse aluno nas salas de aula

comuns, pois desde a nova infância é necessário que a criança faça parte da sociedade como um todo

para que cresça inserido no contexto social no qual se vive, e claramente a inserção do profissional de apoio nesse ambiente ajudará de forma imprescindível na formação não apenas escolar, mas também para o ser social que se tornará. A parceria entre o professor regente da turma e o profissional de apoio na sala de aula é indispensável para que possa se desenvolver um trabalho de excelência e contribuição para a construção do conhecimento.

#### 5.4 Recursos Pedagógicos

Incluir a criança com SD é de extrema importância, pois assim estará favorecendo o seu desenvolvimento social, mental e expressivo, há estimulação de sua inserção na sociedade. E se tratando de uma formação continuada. Segundo Andrade (2005), pode-se considerar a formação continuada como um espaço de melhoria da qualidade da educação e prática educativa.

Propiciar ambiente colaborativo entre os professores, troca de experiências, apresentar solução de problemas escolares e potencializar formas de aprendizado. A formação dos profissionais da educação é importante para enriquecer essa troca de ideias.

[...] na criança com Síndrome de Down a prontidão para a aprendizagem depende da complexa integração dos processos neurológicos e da harmoniosa evolução de funções específicas, como a linguagem, percepção, esquema corporal, orientação espaço-temporal e lateralidade. (ALVES, p. 41, 2007)

O professor por mais inclusivo que ele seja ele não consegue incluir o aluno sozinho, a participação de todos é fundamental para um melhor desenvolvimento dentro da comunidade

É necessário tanto a escola com esses centros de apoio possam mudar pensando no que fazer, para quem fazer e como construir uma sociedade inclusiva, usando sua técnica juntos com os materiais oferecidos pela escola ou instituição, o professor pode repensar sua prática pedagógica junto com a equipe escolar. (SILVA, p. 22, 2014)

Portanto é compreendido que a criança com necessidade especial não se resume a sala de aula somente, mas a escola como um todo. Torna-se importante que todos os profissionais que atuam com educação, bem como as outras crianças, também estejam engajados na inclusão da criança com deficiência. Os objetivos e metas precisam ser os mesmos para todos os alunos, com deficiência ou não.

(...) diante da condição de deficiência é preciso criar formas culturais singulares, que permitam mobilizar as forças compensatórias e explorar caminhos alternativos de desenvolvimento, que implicam o uso de recursos especiais". (GÓES, p. 100, 2002)

O professor precisa utilizar de diferentes métodos e ferramentas para que todos os alunos possam compreender o conteúdo e os objetivos.

No Artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases, fica subentendido o compromisso com a inclusão, pois é afirmado no §2º, que o atendimento também poderá ser feito em escolas especializadas, contradizendo que “todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos”.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1996), art. 1º, reforça que o sujeito em condição de educacional especial, tem direito a acessar sistemas de ensino que assegurarão estas demandas de escolarização, isso confere que, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica seja prontamente atendidos assegurar às suas necessidades educacionais.

## **6. REFLEXÕES SOBRE A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN COM SEUS PARES E PROFESSORES**

Sabemos que as crianças com (SD) apresentam limitações como o atraso cronológico, principalmente o aprendizado da linguagem. Elas podem desenvolver inúmeras habilidades, dentro das suas limitações.

Segundo Voivodic:

[...] é necessário, porém, romper com determinismo genético e considerar que o desenvolvimento da pessoa com síndrome de down resulta não só de fatores biológicos, mas também das importantes interações com o meio. (VOIVODIC, 2008 p. 46)

No entanto cada criança aprende de maneira diferente, o mesmo que acontece com as crianças com (SD), é possível que o desenvolvimento seja mais rápido que outras, assim, como, umas têm mais oportunidades que as outras, devido a fatores, culturais, sociais, interativos, econômicos e educacionais que influenciam na aprendizagem.

Esse processo interativo e inclusivo de uma criança com Síndrome de Down e seus colegas é positivo no processo de desenvolvimento afetivo, psicomotor e cognitivo. Possibilita que habilidades da criança seja desenvolvida gradativamente e enfatize a aceitação das condições educacionais especiais e a diversidade de diferenças.

A criança com Síndrome de Down deve ser inserida no processo educacional de forma inclusiva, fazendo parte do convívio social e do ambiente de escolarização, deve ser garantido o acesso aos mesmos espaços escolares e acompanhar os conteúdos e conhecimentos ministrados no sistema de educação básica.

Isso é necessário para que a criança tenha subsídios que enfatize a leitura de mundo, ou seja, uma criança com Síndrome de Down deve ser inserida de modo que promova a equidade com outras crianças da educação regular. Na condição como criança e educando é por meio do ensino e aprendizagem e do trabalho intelectual que a criança desenvolverá suas habilidades.

A Educação Inclusiva deve ser didática, intencional e pedagógica, para que a criança com Síndrome de Down tenha assegurado o processo que é baseado na Declaração de Salamanca (1994) como política pública de garantia de equidade, ou melhor, ela reforça o direito de que seja ofertado educação de qualidade levando em consideração as características e os interesses únicos de cada educando, evitando, discriminação, segregação, exclusão e evasão escolar.

A proposta é, de que as escolas tenhamem sua organização pedagógica a capacitação dos profissionais da educação de acordo com o movimento de inclusão social. Dessa maneira, a criança, com necessidades educacionais especiais, irá se relacionar consigo mesma de acordo com o ambiente em que ela estiver inserida. Neste ambiente é necessário ser acolhedor e objetivo no aspecto da aprendizagem e produtivo no parâmetro educacional.

Com esses requisitos ela sentirá acolhida e motivada para desenvolver sua criatividade, deve-se em contrapartida, promover o ambiente que combate a discrimina e enfatiza a inclusão e desenvolvimento e novas habilidades. Interagir é fundamental na construção das aprendizagens no ambiente escolar, nessa dinâmica há troca de informações, relacionar-se propicia construir valores e princípios de colaboração e solidariedade. Segundo Mantoan (2001) seria ingênuo pensar que só a integração escolar produzirá, automaticamente, a total integração social dos portadores de deficiência, pois os mecanismos segregacionistas estão de tal forma, sedimentados em nossa sociedade, que demorará muito tempo para serem, pelo menos, minimizados.

Apesar da base da integração ser o princípio de normalização, a mesma não é específica da vida escolar. Contudo atinge o conjunto de manifestações e atividades

humanas e todas as etapas da vida das pessoas, seja ela afetada ou não por uma incapacidade, dificuldade ou inadaptação. Temos que reconhecer que os primeiros passos já estão sendo dados, e que a

sociedade já está mais esclarecida.

É imprescindível que os alunos se sintam motivados, e que eles tenham condições de buscar a informação, não apenas esperando recebê-las do professor, ou seja, a instituição de ensino terá que fazer projetos de trabalho de forma que se prepare para receber a criança Down (SASSAKI, 2003).

Nessa direção, Mantoan (2001), afirma que a inclusão da criança com Síndrome de Down, não implica no aproveitamento das demais crianças. Com a diversidade do meio social e, especialmente no ambiente escolar, é fato determinante o enriquecimento das trocas, e intercâmbios intelectuais e culturais que ocorre entre os sujeitos.

A criança com esta síndrome deve interagir com todos, ao despertar e incentivar seu desenvolvimento intelectual, psicológico e emocional, e enfim oportunizar socialização com educandos e adultos, fora do contexto familiar.

Segundo Guebert (2007):

Valorizar pessoa com necessidades educativas especiais, enquanto ser humano dotado de sentimentos, desejos e elaborações mentais, sob a perspectiva de condição característica inerente ao indivíduo, deve-se levar em conta a capacidade intelectual. A deficiência é uma característica da pessoa, sendo considerada parte dela, não que a pessoas e ja sua deficiência. (GUEBERT, 2007, p. 37)

Nessa direção, no entanto, a inclusão é a primeira passagem para as crianças com deficiência para que se tornem membros contribuintes da comunidade. De acordo com Pimentel (2012), crianças com Síndrome de Down são capazes de compreender suas limitações e conviver com suas dificuldades, tem autonomia para tomar as próprias decisões. O que mostra a possibilidade e necessidade deles participarem da sociedade ativamente.

Portanto, a inclusão para crianças com Síndrome de Down deve ocorrer desde o início com práticas e posturas adequadas ao desenvolvimento físico e cultural dos educandos, para que promova à criança maior autonomia, experiências de interação social e adequação. Permitindo que esta se desenvolva em relação a aspectos afetivos, e cognitivos, que sejam espontâneas e antes de tudo sejam "crianças". Ressaltamos ainda que a criança Down, necessita da harmonia e proficiência dos profissionais em educação, da equipe multidisciplinar e principalmente dos pais para juntamente possam trabalhar para o desenvolvimento da criança. Além disso, mesmo com todas essas contribuições ao desenvolvimento cognitivo e da aprendizagem da criança com Síndrome de Down permitirá que a criança se integre mais rápido no



Alguns autores como Sasaki (2003) e Pimentel (2012) especificam algumas contribuições para minimizar os impactos ocasionados na vivência escolar desta criança. Dentre estas podem ser observados os exemplos descritos abaixo. Desponta como determinante para uma boa assistência às crianças especiais é não sobrecarregar demais a sala de recursos especiais para que o professor possa trabalhar bem.

É fundamental que o professor esteja preparado, para atender as necessidades de seus alunos, e trabalhar em harmonia com o professor da classe regular, levando em consideração princípios básicos para o ensino de crianças especiais. Atividades devem ser em primeiro lugar objetivas e concretas, para o manuseio dos alunos, para promover experiências concernentes com a capacidade e habilidade do aluno.

Reforçar atenção para eliminar possíveis situações que provoque estresse ou situações traumatizantes e devem ser expressamente revitadas, a criança deve ser respeitada em todos os aspectos de sua personalidade. É fundamental que a família da criança deve participar do processo de desenvolvimento e aprendizagem. Devido a grande variação das habilidades e dificuldades da Síndrome de Down, programas individuais devem ser considerados e nestes enfatiza-se as possibilidades de aprendizagem de cada criança e a motivação necessária para o desenvolvimento destas.

Na infância é um período em que a pessoa tem maior possibilidade de construir junto com seu meio sociocultural as regras os valores e os significados de uma cultura. A criança com Síndrome de Down no contato com seus pares e com seus professores poderá ser estimulada e nessa convivência a suas potencialidades serem desenvolvidas superando inúmeras limitações.

É próprio da infância o ato de imitar comportamentos, aprender regras a partir das brincadeiras, dos jogos e a utilização de brinquedos compartilhados. Nesse sentido o ambiente da educação infantil é fundamental tanto para a criança com Síndrome de Down que terá oportunidade de estreitar relações no ambiente humano propício para o seu desenvolvimento como também para as crianças com desenvolvimento típico, ou seja, as crianças sem deficiência poderão aprender na convivência, a respeitar as diferenças a compartilhar os seus saberes e a cooperar construindo atitudes humanas imprecidíveis para inclusão de todos em uma

sociedade igualitária e equânime.

Trabalhar as potencialidades que devem ser transformadas em habilidades, pois as habilidades para serem incorporadas com próprias de uma criança precisam de motivação,

reforço positivo uma mediação feita pelo professor que estimule a criança a continuar tentando superar suas dificuldades.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das análises dos documentos estudados, foi possível compreender a importância dessa interação no ambiente escolar da educação infantil, no qual juntamente com embasamento a escola poderá trabalhar com as crianças explorando suas potencialidades no contexto escolar em que estará inserido.

Notou-se que para o avanço escolar da criança com síndrome de down necessita da mediação entre ela e um profissional que ajude em suas demandas para que o mesmo possa interagir com ambiente escolar, professor e demais colegas.

A educação de crianças com Síndrome de Down é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Uma atitude positiva da parte dos pais favorece a integração escolar e social. Pais necessitam de apoio para que possam assumir seus papéis de pais de uma criança com necessidades especiais.

O papel da família e dos pais, deveria ser aprimorado através da provisão de informação necessária em linguagem clara e simples, ou enfoque na urgência de informação e de treinamento em habilidades paternas, pois constitui uma tarefa importante em culturas aonde a tradição de escolarização ainda é tratada com menor nível de urgência.

Vale lembrar que as funções e ações de um trabalho multiprofissional de diferentes profissionais interferem de forma positiva para efetiva aprendizagem e desenvolvimento motor da criança com Síndrome de Down. Por isso, existe uma necessidade de que as políticas sejam cumpridas a fim de melhor atender esse público. Além disso, o estudo possibilitou perceber os avanços, de forma positiva na concepção e percepção das pessoas com Síndrome de Down, confirmando-se que preconceito e discriminação são inimigos da inclusão social e reforçando a proporção, a otimização da qualidade de vida e a construção da autonomia destes alunos.

A reflexão acerca da compreensão do processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil é de fundamental relevância, e muitos são os estudos voltados para essa temática. Desse modo as propostas lúdicas direcionam o fazer pedagógico ao mesmo tempo auxiliando e facilitando a aprendizagem da criança de todas as

formas: motivando, incentivando, interagindo, despertando a atenção da criança e conduzindo-a em direção a aquisição de uma

aprendizagem significativa e prazerosa. A educação escolar das pessoas com Síndrome de Down é de grande importância, sendo fator determinante, inclusive no processo de estimulação social.

Com relação às políticas públicas, há uma grande relevância em discutí-las e assegurá-las, porque enfatiza a segurança de que todos os alunos tenham seus direitos garantidos e preservados, independente de suas especificidades, como também que toda criança tem direito fundamental a educação como objetivo de atingir a aprendizagem.

Espera-se também que essas reflexões contribuam para que o trabalho educativo siga defendendo o caráter público, gratuito e de qualidade, garantindo a todas/os alunos/as mais e melhores condições de desenvolvimento. Além disso, que tais reflexões aqui construídas possam contribuir para a promoção de atividades futuras no fortalecimento de discussões acerca da Síndrome de Down, bem como no aprofundamento de estudos nesta temática. Assim sendo, tal discussão se caracteriza apenas a porta de entrada para novos saberes e práticas pedagógicas, as quais desejamos que sejam inclusivas e prósperas!

A intenção desse trabalho foi tecer algumas considerações sobre a educação da criança com Síndrome de Down que tem como uma das suas características marcantes a deficiência intelectual. Entretanto o meio social propício pode minimizar a incidência do déficit intelectual quando oferece condições favoráveis instigando na criança a curiosidade infantil o desejo de saber e a predisposição para no convívio com seus pares e com seus professores, aprender regras sociais, valores, conhecimento propício a sua faixa etária no ambiente lúdico que a estimule a pertencer aquele lugar em que está inserida, contribuindo com sua parte para as melhores experiências escolares.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. **Para entender Síndrome de Down**. Rio de Janeiro. 2007.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da pratica escolar**. Campinas

Paperus,1995.

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA et al. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.

BASTOS, I. M.; PEREIRA, S. R. **A Contribuição de Vygotsky e Wallon na compreensão do desenvolvimento infantil**. 2003. Disponível em <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1206/102>. Acesso em 22 de Junho 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, MEEC/ SEEP, 1994.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para educação especial na educação básica**. MEEC/SEEP. Brasília-DF. 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Diário Oficial da União. Brasília, 14 de setembro de 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília MEC/ SEEP, 2013.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial, Equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida**. Brasília, DF; Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1/pnee-2020>. Acessado em 29 de Junho de 2022.

BRASIL. MEC. INEP. **LDBEN 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em 10 de jul. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 23 de Julho. 2022.

BRASIL. SEESP/ GAB. **Nota Técnica nº 19, de 08 de setembro de 2010, destinado aos profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do 151 desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino**. Disponível em: <http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/educacao/especial>. Acesso em 23 de Junho. 2022.

BRASIL. **Presidência da República (Secretaria-Geral - Subchefia para Assuntos Jurídicos)**. Decreto n. 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional

**de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.**

Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm). Acesso em: 21 de Julho.2022.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.\_\_\_\_\_.

CASTRO, A, S, A. and PIMENTEL, S. C. **Síndrome de down: desafios e perspectivas na inclusão escolar**. 2009

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.  
DÍAZ, F. *et al.*, orgs. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. ISBN: 978-85-232-0928-5. p. 303-312. Salvador, Bahia. 2009.

DUNST, C, J. **Sensory - motor development of infant with Down Syndrome**. (1995)  
**Educação Especial**. Londrina: eduel, 2003. p. 11 - 25.

GIL, A. C. . **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 6ª ed. 6ª. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2014.

GÓES, M. C. R. **Relações entre Desenvolvimento Humano, Deficiência e Educação: contribuições da abordagem Histórico-cultural**. In: Oliveira.M.K 2004.

GUEBERT, M. C. **Inclusão: Uma realidade em discussão**. 2 ed.rev.- Curitiba:lbpex,2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

LOPES, M. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar**.2018. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9899>. Acessado em 21 de Julho de 2022.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas** . Em Aberto, v. 5, n. 31, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MARQUEZINE, M, C.; ALMEIDA, M, A.; OMOTE. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**.

MAZINI, E. J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada**. 2003

MAZZOTTA, M. J. S. **Dilemas e perspectivas da educação do portador de deficiência no novo milênio**. In: Anais do Fórum Nacional de Educação. João Pessoa, 14-16/07/2001.

MILS, N. **A educação da criança com Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie Memnon, p. 232-62, 1999.

MINAYO, M. C. **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta**. In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade. DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecilia de Souza (organizadora). 30. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI)**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

MOUSINHO, R. **Mediação escolar e inclusão – revisão, dicas e reflexões**/Renata Moussinho  
– Revista de Psicopedagogia, São Paulo, 2010.

NAÇÕES UNIDADES. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 10 Julho de 2022.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. 5 ed. São Paulo: Scipione, 2010.

PEREIRA, F. K. **O Desafio da Educação na Sociedade Pós-Moderna: integrar tecnologia e pedagogia**. Disponível em: [http://pontodeencontro.proinfo.mec.gov.br/artigo\\_franz.htm](http://pontodeencontro.proinfo.mec.gov.br/artigo_franz.htm). Acesso em 20 Fev 2022.

PIMENTEL, S. C. **Conviver com a Síndrome de Down em escola inclusiva: mediação pedagógica e formação de conceitos**. / Susana Couto Pimentel. - Petrópolis, RJ: vozes, 2012- (Coleção Educação Inclusiva)

PIMENTEL, S. C. **Universidade e Escola na construção de práticas inclusivas** . Org. Suzana Pimentel. [et.. al] Cruz das Almas/BA: UFRB. 2013. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em 18 Fev 2022.

SAMPAIO, C. T. and SAMPAIO, S. M. R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida**. Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p. ISBN 978-85-232-0915-5.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos** . Rio de Janeiro:WVA, 2003.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie,1999.

TRAVIÑOS, A.N.S. **Introdução á pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas,1987.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Ed São Paulo. Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, L.S. **Obras Escogidas V: fundamentos de defectología**. Madrid: Visor Distribuciones, 1997.

VOIVODIC, M. A. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: editora Vozes, 2004.